



GT09 - Trabalho e Educação – Trabalho 14

MODERNIZAÇÃO EM CANTOS: O SISTEMA CULTURAL NA FÓRMULA GOIANIDADE

Álcio Crisóstomo Magalhães - UEG/ESEFFEGO

O fordinho e o chevrolet,
rasgando campos, furando matas,
vão, a trancos e barrancos,
rumo às cidades pacatas
que brotaram no sertão.

LEO LYNCE, 1928

Resumo

A síntese *Modernização em cantos: o sistema cultural na fórmula goianidade* corresponde à demonstração de como os processos sociais nascidos da modernização em Goiás criam uma experiência civilizatória. Tomando como ponto de partida a construção de Goiânia, a organização de suas primeiras organizações culturais e o movimento de seus primeiros intelectuais orgânicos, revela-se como o econômico e o político se articulam em sujeito coletivo. Por meio da pesquisa bibliográfica desenvolvida à luz da dialética materialista mostra-se como a transferência da sede burocrática-administrativa do Estado para uma cidade inventada, a fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, da Academia Goiana de Letras e a instalação da rede de ensino na nova capital articulam-se em um movimento ideológico de caráter educativo. Nesse sentido apresenta-se como a fórmula goianidade, a ideologia do desenvolvimento produzido pelo capitalismo de contrarreforma ou de restauração converte-se em sistema cultural. Portanto, tomando como suporte teórico metodológico as categorias trabalho, classe, cultura, ideologia, intelectuais orgânicos e tradição inventada evidencia-se pela mediação do caso goiano como a imbricação entre o material e imaterial se condensam em cultura política ou matriz educativa.

Palavras-chave: Educação; Goianidade; Ideologia; Cultura política

INTRODUÇÃO

À medida que avança, pelo hemisfério ocidental, a marcha da modernização revela uma grande experiência civilizatória. De acordo com Antônio Gramsci, institui e um novo consenso ativo. No caso brasileiro esse fenômeno se efetiva por meio de uma sucessão de rupturas e continuidades. De modo total no intervalo entre 1930 e final dos anos 1950 e totalitário, entre as décadas de 1960 e meados de 1980, o ciclo de efetivação da revolução burguesa no Brasil corresponde ao contexto histórico de seleção, organização, cultivo e transformação de certos elementos do patrimônio histórico nacional em objetos de culto. Portanto, diz respeito ao processo de criação um circuito educativo, uma espécie de espaço comum de iniciação de um novo ‘sujeito coletivo’.

Ainda que tardiamente, de modo desigual e altamente combinado, conforme Florestan Fernandes (1976) esse movimento também ressoa na periferia da periferia. Muito em função da dinâmica deslocamento/conservação da Marcha para o Oeste a ‘integração’ do Estado brasileiro ao capitalismo em sua fase de americanização, a expansão/conservação pós-crise da década de 1920 rompe também as fronteiras goianas. Esse novo ciclo de acumulação econômica inventa uma tradição goiana.

Por tradição inventada entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. (HOBSBAWM, 2002, p. 9)

A revolução burguesa em Goiás ao criar as condições materiais para a construção de Goiânia e para a conseqüente transferência de toda a estrutura administrativa-burocrática para a nova cidade, construída especificamente para ser a nova capital do Estado goiano, cria também um imaginário acerca da identidade cultural dessa nova estrutura político-econômica. Nesse conflito entre real e ideal, desejo e possibilidade revelam-se as contradições da cultura política gestada no processo de articulação do sertão goiano ao capitalismo em seu ciclo de reação autoritária ou conforme Maria Alice Rezende Carvalho prefaciando Vianna (1997) “(...) o novo [que] não cancela a antiga ordem social, sendo ao contrário, tributário de elites políticas reformadoras que

deflagram um programa de transformações sob a cláusula restritiva do ‘conservar-mudando’.” (CARVALHO, 1997, p. 7).

A tradição goiana é tributária do encadeamento desses determinantes que se tomados como totalidade histórica anunciam como a matriz produtiva adotada como projeto de Estado a partir dos anos 1930 mobiliza as ideias efetivando um sistema cultural.

É exatamente o que se apreende por meio da crítica do chamado movimento da goianidade, a ideologia da modernização em Goiás. A interpretação orgânica da inclusão do Estado no movimento da produção de mercadorias, sintetizada, por exemplo, no desejo do escritor José Mendonça Telles.

Ser goiano é carregar uma tristeza telúrica num coração aberto de sorrisos. É ser dócil e falante, impetuoso e tímido. É dar uma galinha para não entrar na briga e um nelore para sair dela. É amar o passado, a história, as tradições, sem desprezar o moderno. É ter latifúndio e viver simplório, comer pequi, guariroba, galinhada e feijoada, e não estar nem aí para os pratos de fora. Ser goiano é saber perder um pedaço de terras para Minas, mas não perder o direito de dizer também uai, este negócio, este trem, quando as palavras se atropelam no caminho da imaginação. O goiano da gema vive na cidade com um carro-de-boi cantando na memória. Acredita na panela cheia, mesmo quando a refeição se resume em abobrinha e quiabo. Lê poemas de Cora Coralina e sente-se na eterna juventude. (TELES, 1998)

Nesse sentido, tomando como problemática as contradições da modernização em Goiás questiona-se qual o projeto educativo que se expressa no movimento da goianidade.

IDEIAS NO MOVIMENTO: A IDEOLOGIA DA GOIANIDADE

Mais que subproduto do mal crônico do sistema de reprodução do capital ou casualidade histórica, o caso da experiência civilizatória burguesa em Goiás é elucidação. É síntese explicativa da dialética da modernização brasileira, ou das contradições do ciclo de intensificação da inclusão do país no sistema de acumulação do capital.

O circuito histórico que articula a construção de Goiânia impacta diretamente o processo de criação de uma identidade cultural goiana (tradição), a chamada goianidade. A ideologia da modernização do Estado de Goiás, ou a interpretação ideológica da

integração do Estado à economia de mercado, conforme se aprende na vontade de Chaul.

Culturalmente, porém, somos fruto de uma mestiçagem maravilhosa, resultado dos elementos que nos compuseram e nos legaram um potencial fantástico de traços culturais entre o índio nativo, o negro africano e o branco europeu, traços estes que podem ser encontrados da literatura às artes plásticas, passando pela música e pela dança. Somos o arquétipo do desejo da realização. (CHAUL, 2011, s/p)

As transformações político-econômicas que ocorreram no Brasil, especialmente a partir dos anos 1930, também foram determinantes para a constituição de um sujeito coletivo em Goiás. A expansão da fronteira agrícola do sul e do sudeste por meio da Marcha para o Oeste fecundou uma visão orgânica de produção que se converteu em experiência civilizatória.

A análise do circuito das Ciências, das Letras e da educação formal na nova capital de Goiás, autoriza o desenvolvimento dessa tese. O movimento da mercadoria no Estado funda a cidade de Goiânia e institui todos os seus limites materiais e imateriais, conforme anuncia Colemar Natal e Silva, no lançamento da Pedra Fundamental do Instituto Histórico e Geográfico da cidade inventada pela ideologia do progresso.

Lançamos hoje [1º de junho de 1936] a Pedra Fundamental do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás no mesmo dia em que, no ano de 1727, se plantava a 1ª pedra para a construção da Igreja do arraial fundado com o nome de Santana. Ao fazê-lo, evocamos primeiramente, do fundo de um misticismo salutar, a imagem da querida padroeira de Goiás – Nossa Senhora de Santana, sob cujos auspícios se organizou e se guiou a bandeira do Anhanguera. Breve se erguerá para os céus de Goiânia o edifício de nossa Instituição o maior monumento até hoje levantado ao culto da história e da Geografia em nosso Estado (...) na Nova Capital que é, ao mesmo tempo, a síntese de todas as tendências e glórias do Passado (SILVA, 1992, p. 176).

Não só pela contemporaneidade com Goiânia, mas principalmente pelo modo como apreendeu e passou a explicar a inclusão de Goiás no sistema de acumulação de capital, o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás permite compreender como uma visão particular de mundo passou a ser apresentada como história, chegando converter-se em projeto educativo.

Concebido conforme Silva (1992, p. 176) como “uma sociedade civil de caráter científico e cultural, (...) de utilidade pública, (...) [com] finalidade precípua de promover o estudo e a divulgação da História, da Geografia das ciências e disciplinas

correlatas, especialmente dos que se relacionam com (...) Goiás”, o Instituto corresponde a uma espécie de síntese elucidativa da cultura política criada pelo capitalismo em seu ciclo de restauração autoritária na periferia da periferia.

A historiografia emancipou-se da teologia e da filosofia – disciplinas “especulativas” passando a ser profundamente, influenciada pelo método das chamadas “ciências positivas”, ou seja, os que se contentam em estudar e ordenar, metodicamente, os entre elas, a Psicologia, a Sociologia, a Economia e até a Estilística Lingüística. (SILVA, 1992, p. 228).

Tem-se aí a influência da Escola Histórica Alemã. Conforme Mota (1978) uma perspectiva de História como imposição cultural. A tese de que um país se faz nação pelo reconhecimento coletivo dos particularismos de sua cultura popular, das diversas raças que lhe fundaram e de seus condicionantes físico-geográficos. Para Capistrano de Abreu, por exemplo, esse seria o meio de se o Brasil.

Foi a partir dessa concepção positiva de conhecimento que a Marcha para o Oeste foi ao longo de mais de meio século interpretada no Estado. O Instituto Histórico Geográfico de Goiás (IHGG) é tributário dessa matriz que se tornou determinante para a elaboração de uma explicação científica oficial acerca do desenvolvimento goiano.

Por meio de seus intelectuais um algoz como o Bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, foi transformado em benfeitor de Goiás e do povo goiano. Os dois Buenos (pai e filho) foram idealizados como heróis destemidos que teriam tomado para si a tarefa de trazer o Brasil para o interior de Goiás.

A história do Estado, além de data, teria inclusive sido iniciada por eles, conforme palavras de Gilberto Mendonça Teles um dos intelectuais orgânicos da modernização goiana. “(...) A verdadeira história de Goiás se inicia com o famoso Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera (...) em 1725” (TELES, 1983, p. 35). Em comunhão com Teles também se colocou Colemar. “O dia 19 de setembro de 1740, assinala para a grandeza da Metrópole, para a História do Brasil (...) e de Goiás, particularmente uma data de luto e de tristeza: a morte de Bartolomeu Bueno.” (SILVA, 1992, p. 169).

Por conseguinte, a interpretação positiva da ação dos invasores bandeirantes também produziu uma análise enviesada do papel histórico das diversas tribos do Estado, conforme sugere a adjetivação de Colemar Natal e Silva. “Tão logo se deu o descobrimento de Goiás, começou a luta entre o aventureiro e o índio. A ambição e o interesse do primeiro tiveram de suceder, a perseguição e opressão do segundo.” (SILVA, 1992, p. 263)

A análise de Genesco Bretas, outro intelectual orgânico do Instituto demonstra como uma das primeiras organizações culturais da invenção de uma identidade cultural goiana fechou questão em relação aos índios goianos.

Nos primeiros cinquenta anos de colonização de Goiás, o principal obstáculo encontrado pelos colonos foram os *caiapós*, que molestavam os viajantes e destruíam os primeiros povoados. Por muitos anos infestaram essa região, transformando-a em lugar proibido para os brancos. (BRETAS, 1991, p. 377 e 378)

Os povos que aqui residiam antes das invasões além de ignorados como nações primeiras, foram apresentados como grupos bravios e desafios à ‘civilização’. “Um obstáculo muito sério, havia para os novos povoadores e para o estabelecimento de outros: a agressão dos índios. Os quilombos também muito incomodavam a tranqüilidade geral” (SILVA, 1935, p. 144).

Importante que se diga que essas interpretações, mais que a síntese de boa ou má vontade, correspondem à expressão dos determinantes de um fenômeno histórico que pelo desenraizamento promove um novo enraizamento.

A colonização é um projeto totalizante cujas forças motrizes poderão sempre buscar-se no nível do colo [cultus/cultura]: ocupar um novo chão, explorar os seus bens, submeter os seus naturais. Mas os agentes desse processo não são apenas suportes físicos de operações econômicas; são também crentes que trouxeram nas arcas da memória e da linguagem aqueles mortos que não devem morrer. (BOSI, 1992, p. 15)

Isso quer dizer que não se pretende afirmar que o Instituto Histórico e Geográfico é que cria o mito do bandeirante herói ou mesmo do índio como entrave à civilização. Na verdade a Instituição deve ser entendida como organização intelectual que se move orientada pela força das novas relações de produção. Tanto é verdade que o mesmo processo histórico que funda a cidade de Goiânia, condiciona a concepção de ciência dos intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás também mobiliza a subjetividade dos escritores goianos.

Os mesmos trilhos que simbolizavam a inclusão do Estado na dinâmica da modernização também inspiraram a poesia goiana.

Terra moça e cheirosa
 Nome bonito - Goyaz!
 Que prazer experimento
 sempre que o leio
 nos vagões em movimento,
 com aquele Y no meio!
 (Lynce, 1928)

O poeta Leo Lynce ensaia, ainda no final da década de 1920, o que logo ressoaria no sertão goiano como uma espécie de oração, culto, promessa. Tomando de empréstimo a tese de Bosi (1992), a cultura encarnada e socializada nacionalmente, representando um papel cada vez mais central na construção de um futuro para o colonialmente miserabilizado Estado de Goiás.

Gilberto Mendonça Teles, ao apresentar o período histórico no qual surge a crítica literária em Goiás, permite compreender como a virada dos 1930 para a década de 1940 produzira essa reciprocidade entre a estrutura e a supra-estrutura goiana.

Sob o aspecto cultural, destacam-se a fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, em 1933, e em 1939 a fundação da Academia Goiana de Letras. Mas a crítica superiormente tratada, não a de simples registro biográfico, com a sua metodologia e seus procedimentos peculiares somente se inicia com a geração modernista de Goiás a partir de 1943. (TELES, 1983, p. 23 e 30)

Esse período de passagem do pré-modernismo para o modernismo literário, conforme classificação de Teles não é outro senão o momento do estranhamento.

(...) O complicadíssimo mecanismo da civilização atual, cheio de ondas e de raios, o rádio, a aviação imprimiram um surto inteiramente novo, quer à vida material, quer às manifestações da inteligência. Por isso não será impossível acreditar que a nossa formação espiritual busque novas diretrizes em outras fontes de inspiração. (SILVA, 1992, p. 191)

É essa a nova base material que institucionaliza na nova capital goiana um particular de produção literária. Em 1939, dois anos após a transferência oficial da sede burocrático-administrativo do Estado para a cidade de Goiânia, nasce outra organização cultural crente na promessa da modernização. “Quando Goiânia nasceu iluminada pelo ideal muito elevado de progresso, sentíamos e proclamávamos que algo mais do que evolução material se fazia necessário para que o ousado e corajoso empreendimento viesse a atingir em cheio todas as suas finalidades”. (SILVA, 1992, p. 196.

A Academia Goiana de Letras (AGL) também é síntese elucidativa da goianidade, ou do processo de invenção do sistema cultural goiano. Seus idealizadores, não por acaso muitos deles pertencentes aos quadros do Instituto Histórico e Geográfico, encantados pela ideologia do progresso via economia de mercado e da relação imediata entre desenvolvimento econômico e cultura entendiam que a

(...) lídima representante de nossa cultura, quer nas letras, na poesia, no jornalismo, enfim nos diversos ramos da atividade intelectual do Estado de

Goiás, empreendimento tanto mais necessário, quanto é certo que o que faz a grandeza material e imorredoura das cidades é a sua civilização intelectual. (BORGES, 1977, p. 15).

Daí a urgência de se fundar na nova capital a Academia Goiana de Letras.

Nesse sentido, pode-se perceber a importância dos agentes sociais novos, conforme definição de Antônio Gramsci, na criação do sistema cultural goiano. De acordo com Gramsci os intelectuais orgânicos são fundamentais na produção de uma visão de mundo burocrática-administrativa. São eles os

‘prepostos’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso espontâneo dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo dominante à vida social (...); 2) do aparelho de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativamente, nem passivamente (GRAMSCI, 2006, p. 21)

Colemar Natal e Silva, por exemplo, o fundador do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e da Academia Goiana de Letras é a expressão desse tipo social encontrado por Gramsci. É o que se apreende na fala de um de seus companheiros de militância.

[Colemar] foi indispensável no processo de desenvolvimento goiano, a partir da década de trinta, quando o Interventor Pedro Ludovico foi buscá-lo para ajudar a edificar Goiânia, tendo como alicerce a argamassa espiritual. Em Goiânia, Colemar construiu seu mundo e detonou uma artilharia de ideias força no bom combate da educação e da cultura. (Gilberto Mendonça Teles, Apud SILVA, 1992, p. 16)

Tornara-se a síntese do esforço de criação de um consenso. “(...) Isto é, unidade entre a natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos” (GRAMSCI, 2012, p. 27). Toda sua movimentação política fora nesse sentido. Seu longo itinerário como Secretário de Educação, Presidente do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, órgão filiado à UNESCO, fundador do jornal *O Social* e do Partido Social Democrático (PSD), criador e primeiro presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e do Instituto dos Advogados do Brasil – Seção Goiás, Promotor Público, Secretário de Justiça, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Goiás, anunciam a natureza de sua ação que se encaixa nessa perspectiva conciliatória.

Ao analisar o sentido do Direito, talvez sua maior especialidade, o próprio Colemar sintetiza o sentido de sua ação.

(...) Sendo o Direito, no seu conceito sociológico mais profundo e mais amplo, fator preponderante de coesão-social – fonte essencial de estabilidade – para a superação dos conflitos, quer de ordem política, no campo ideológico, quer de ordem econômica (...) é oportuno afirmar: Dizer do Direito é invocar um dos instrumentos mais válidos de coesão social. (SILVA, 1992, p. 196).

Araújo (2009) evidencia a ideologia dos “antagonismos em equilíbrio”, de Gilberto Freyre como uma das principais categorias de análise da cultura brasileira. Em certo sentido pode se afirmar que a ideia de coesão social expressa por intelectuais como Colemar sejam tributárias dessa concepção antropológica de harmonia social, de crença em uma espécie de unidade na diversidade.

No caso goiano esse tipo de interpretação literalmente fez-se escola. Praticamente todos os intelectuais orgânicos dessa concepção de cultura política, além da ação militante em organizações culturais como o Instituto Histórico e Geográfico e a Academia Goiana de Letras estiveram diretamente envolvidos com a educação formal no momento em que a nova capital começava a fundar aquilo que viria se constituir como sistema de ensino.

Em sua maioria, vindos da Cidade de Goiás para lecionar em Goiânia, esses agentes novos participaram diretamente na instituição de um projeto de escolarização em conformidade com a ideologia da neutralização da cultura.

Esse era o sentido, por exemplo, da instrução no novo Lyceu de Goiânia, no curso de formação de professores oferecidos na Escola Normal e conseqüentemente em toda a rede de educação básica que passou a girar em torno das duas instituições de ensino trazidas da Cidade de Goiás com o deliberado propósito de preparar a juventude goiana para administrar a nova estrutura econômica que se vislumbrava a partir da nova capital.

A realidade da antiga capital em 1847, ano de instalação de seu Liceu, era de uma quase totalidade da população analfabeta. “Até meados do século XIX, em Goiás, parte da população era escrava e estava excluída de qualquer freqüência à escola. Da população livre, somente os setores econômicos e socialmente privilegiados recebiam instrução.” (CANEZIM E LOUREIRO, 1994, p. 15). Até o início dos anos 1930 cerca de 80% da população goiana encontrava-se analfabeta. No que se refere à população em idade escolar a situação era mais crítica, 90% das crianças e jovens encontrava-se fora do ambiente escolar.

A construção de Goiânia coincide com a Era do chamado otimismo pedagógico brasileiro. A crença na escolarização em larga escala e organizada em diferentes modalidades.

O Ateneu Dom Bosco em regime de externato e internato, cuidava da parte cultural, esportiva e espiritual dos nossos moços, enquanto o Colégio Santo Agostinho esmerava na beleza de nossas meninas. O Lyceu de Goiânia, a Escola Técnica Federal e o Instituto de Educação [antiga Escola Normal] modelavam a juventude para o Brasil de amanhã. (TELES, 1992, p. 50)

Uma das principais teses educacionais do Brasil nos anos 1920 e 1930 era a defesa da necessidade de uma nova matriz de ensino para o País. Transformar a escola brasileira em quantidade e qualidade. A ideologia escolanovista e suas materializações imediatas, as reformas ocorridas no Distrito Federal, em São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco nesse mesmo contexto são a expressão dessa demanda histórica.

O dever do governo – dever democrático, dever constitucional, dever imprescindível – é o de oferecer ao brasileiro uma escola primária capaz de lhe dar a formação fundamental indispensável ao seu trabalho comum, uma escola média capaz de atender à variedade de suas aptidões e das ocupações diversificadas de nível médio e uma escola superior capaz de lhe dar a mais alta cultura e ao mesmo tempo, a mais delicada especialização. (TEIXEIRA, 1957, p. 45)

A síntese de Anísio Teixeira, um dos principais militantes dessa nova escola, expressa o espírito de um tempo que elegeu a educação formal como tempo/espço privilegiado para a conversão da moral produtiva burguesa em ética. Essa vontade também se fez desejo na modernização em Goiás.

A necessidade de atrelar-se ao modelo de desenvolvimento orientado pela redução do trabalho a valor de troca motivou o Estado a adotar uma matriz americanista/fordista de ensino. Segundo Antônio Gramsci a concepção de educação formal baseada na criação de “escolas do tipo profissional, isto é, preocupadas em satisfazer interesses práticos imediatos, novo tipo de escola [que] aparece e é louvado como democrático, quando na realidade, não só é destinado a perpetuar as diferenças sociais, como ainda cristalizá-las.” (GRAMSCI, 2006, p. 49)

A adoção de um modelo escolar que tomasse como referência a Escola Nova é reiterada por Pedro Ludovico Teixeira que, no relatório de 1933, declara que o governo de Goiás empenhava-se em formar professores com base nos métodos da escola progressiva, métodos esses já adotados em outros estados brasileiros, tais como o Distrito Federal, São Paulo, Minas Gerais e Bahia. (ARAUJO, 2012, p. 72)

A professora Amália Hermano, uma das criadoras dessa modalidade de ensino novo em Goiás, a escola agrícola, demonstra como de fato o Estado deveria assimilar essa concepção de educação ativa criticada por Gramsci.

Se nos reportarmos aos Estados Unidos da América do Norte (...) lá encontraremos nos cursos primários, secundários e superiores, secções especiais destinadas a ensinar a maneira racional de se cultivar a terra, valorizando-a. Observando as tendências e predisposições da criança, anotando-as fiel e pacientemente em fichas especiais, após o currículo escolar é ela encaminhada a cursos condizente com suas aptidões. (HERMANO, *In* OESTE, 1983, p. 570)

Assim sendo, pode se afirmar que a goianidade também se fez por meio da escola. Os processos sociais que possibilitaram a inclusão de Goiás no ciclo de restauração ou reação capitalista, conforme categoria gramsciana, um capitalismo de matriz americanista e fordista, criaram no Estado uma concepção de ensino formal baseada na premissa de um desejo de desenvolvimento. Algo que se expressa na ideologia da instrução utilitária. A fragmentação do trabalho humano em teoria e prática, a distribuição de uma ou outra segundo os supostos dons inatos de cada indivíduo, o agrupamento dos discentes em blocos hierarquicamente organizados - séries, classes, turmas -, bem como a conversão da unidade do conhecimento em conhecimento de unidades incomunicáveis (aritmética, geometria, gramática, escrita, caligrafia, história e geografia, ciências físicas, químicas e naturais, higiene, desenho, exercícios ginásticos e trabalhos manuais isolados).

O tempo, agora, marcado pelo relógio, presença obrigatória na parede de cada sala de aula. O emprego do tempo ganha importância e significado na organização racional do ensino (...). Em relação ao uso do tempo, várias prescrições são estabelecidas (...). A proposição do calendário escolar que fixava o início e o término do ano letivo, as férias, as interrupções devido a feriados, o horário das aulas e as pausas para o descanso. (BUFFA E ALBUQUERQUE, 2002, p. 13)

Portanto, o atrelamento da atividade docente a um dos muitos experimentalismos pedagógicos identificados com reserva por Antônio Gramsci em seus estudos sobre o princípio educativo do sistema de ensino que se efetivava na Itália fascista.

Na escola atual, em função da crise profunda da tradição cultural e da concepção da vida e do homem, verifica-se um processo de progressiva degenerescência: as escolas de tipo profissional, isto é, preocupadas em satisfazer interesses práticos imediatos, predominam sobre a escola formativa

imediatamente desinteressada. O aspecto mais paradoxal em que este novo tipo de escola aparece e é louvado como democrático, quando na realidade, não só é destinado a perpetuar as diferenças sociais, como ainda cristalizá-las em formas chinesas. (GRAMSCI, 2006, p. 49)

As diferentes modalidades de escola que gradualmente foram compondo a paisagem da nova capital orientavam-se por essa diretriz.

Nota-se em todas elas [diretrizes curriculares e disciplinas] um cuidado com a preparação para a prática, não só através de conteúdos pragmáticos, mas também através da prática de ensino do curso Anexo, [Normal, instalado nas dependências do Lyceu de Goiás]. (CANEZIM E LOUREIRO, 1994, p. 9 e 10)

No caso da modalidade de ensino profissionalizante ou a instrução imediata para o mercado de trabalho mais que um cuidado tinha-se a prática como premissa. As chamadas escolas rurais criadas em Goiás no ano de 1938, por solicitação da Federação da Agricultura do Estado de Goiás (FAEG) cumpriam bem esse papel. Do mesmo modo que a Escola Técnica Federal de Goiás, presente de Getúlio Vargas, à nova capital do Estado.

O lugar destacado dessa última no imaginário goiano representava a força dessa concepção de ensino que Goiânia acolheu tão bem. Além de escola, o espaço de instrução profissional por excelência, de preparação das gerações que deveriam assumir as funções especializadas prometidas pelo desejo de desenvolvimento. A estrutura diferenciada em relação às demais instituições de ensino do Estado, a valorização do quadro docente e uma fachada imponente, sugerindo não por acaso a entrada de uma grande fábrica não deixam dúvida quanto a acolhida da escola imediata em Goiás.



Fachada da Escola Técnica Federal de 1942. Alusão a uma grande fábrica. (Acervo memória IFG, 1942)

Considerando que a modernização em Goiás orientou-se pela institucionalização de uma estrutura social de classes, é compreensível essa ilusão.

O proletariado, que é excluído das escolas de cultura média e superior pelas actuais condições da sociedade que determinam uma certa discriminação dos homens (...) deve ser atirado para as escolas colaterais: técnicas e profissionais. [Estas] acabaram por se tornar escoadouros inocente da mania de emprego pequeno-burguesa. (GRAMSCI, 1976, p. 101)

Para Antônio Gramsci todo o sistema econômico se desenvolve por meio de um circuito de reciprocidade contínua entre a estrutura produtiva (base material) e suas organizações culturais (supraestruturas). A educação profissionalizante corresponde à ideologia, um dos produtos do circuito capitalista de produção.

A tendência atual é a de abolir qualquer tipo de escola ‘desinteressada’ (não imediatamente interessada) e ‘formativa’, ou de conservar apenas um seu reduzido exemplar, destinado a uma pequena elite de senhores e de mulheres que não devem pensar em preparar-se para um futuro profissional, bem como a de difundir cada vez mais as escolas profissionais especializadas, nas quais o destino do aluno e sua futura atividade são predeterminados. (GRAMSCI, 2006, p. 33)

Nesse sentido pode-se dizer que o movimento da mercadoria em Goiás promove uma série de mudanças estruturais concretas. O produto mais imediato desse novo processo de produção da vida é a ilusão de um modo particular de desenvolvimento. As organizações culturais novas que vão nascendo na nova capital são a materialização desse fetiche. A expressão objetiva de uma subjetividade que se converte em canto, ideologia, processo novo de encantamento. A goianidade é a síntese desse sistema cultural novo, o processo de invenção de uma tradição para Goiás, que revela o sujeito coletivo do processo de inclusão marginal do Estado em um ciclo de economia de mercado autoritário ou de restauração, do tipo contrarreformador.

À GUIA DE SÍNTESE

À medida que intensifica seu deslocamento pela periferia da periferia a marcha da modernização também produz experiências civilizatórias. A ocidentalização do processo de ressignificação do trabalho, isto é, sua conversão de valor de uso em valor inventa como subproduto o desejo de ser, uma ideologia.

A goianidade não é outra coisa se não a expressão desse sujeito coletivo encantado pela ilusão do desenvolvimento do capitalismo contrarreformista. Corresponde a um sistema cultural, um suporte espiritual nascido do processo de ‘integração’ do Estado à matriz capitalista em sua fase de restauração ou de expansão/conservação pós-crise dos anos 1920. O que Vianna (1997) valendo-se da análise gramsciana identifica como o fenômeno “(...) que faz do público um lugar de relações condominiais entre os interesses dominantes, expropriando politicamente os setores subalternos da sociedade e intensificando modalidades autoritárias de controle social sobre elas” (p.39)

Desse modo corresponde ao movimento real mais ilusório, o encanto ou a crença que vela e ao mesmo tempo revela os limites do ‘processo revolucionário’ brasileiro, fenômeno que ocorre muito em função da integração dos intelectuais orgânicos da modernização tutelada (revolução passiva) ao conluio das elites político-econômicas contra os movimentos sociais e, por conseguinte a renovação sísifa dos mecanismos de neutralização de revoluções de fato. Uma espécie de ruptura que deve ser interpretada à luz da categoria cesarismo. A fórmula elaborada por Gramsci (2012) para analisar os eventos históricos que ao invés da passagem de um tipo de Estado a outro (revolução permanente ou guerra de movimento), limitam-se a uma regressiva “(...) ‘evolução’ dentro do mesmo tipo de Estado, segundo uma linha ininterrupta”. (p.80). A guerra de posição ou a técnica política inaugurada por Napoleão III na França ou Bismarck, na Alemanha.

Os indícios revelados já nos primeiros deslocamentos da *Marcha para o Oeste* (construção de Goiânia, o ponto de convergência do capitalismo em Goiás, pela fundação de todo o conjunto de organizações culturais) mostram como o enredamento das ideias pelos imperativos do sistema produtivo adotado nacionalmente após 1930 anunciam um sujeito coletivo que é ao mesmo tempo vontade e impressão de realidade.

A interpretação produzida pelos intelectuais orgânicos da modernização em Goiás reunidos nas primeiras organizações culturais goianas, além de expressar uma crença em um ideal de progresso, fecundou uma projeto educativo. O modo como a produção material se efetivou e foi gradualmente se constituindo como bloco histórico desde os primeiros anos da cidade de Goiânia permitem essa compreensão. A goianidade é a síntese desse processo. Uma visão parcial apreendida como verdade e difundida como totalidade histórica.

Portanto, além de mediação explicativa dos processos educativos nascidos da imbricação do político, do social e do econômico, é chave de leitura de um modo de hegemonia do tipo americanista conforme categoria desenvolvida por Antônio Gramsci.

As condições objetivas que produziram uma subjetividade crente na ideologia do progresso assentado em uma matriz de desenvolvimento fordista fundaram, também, uma sociedade civil comprometida com a construção de um tipo de revolução baseada em rupturas que deslocam, mas não rompem que transformam, mas não mudam e que incluem, ampliando os níveis de exclusão. O projeto de modernidade do cerrado goiano tem esses limites. Funda uma experiência coletiva que é a negação da esfera do comum, ou da *Res publica*, o espaço de trânsito de todos, do diálogo, da projeção, do confronto dos diferentes e, por assim dizer do auto-reconhecimento e da realização do sujeito.

A ruptura revolucionária em Goiás projeta um particular de humanidade, contudo o faz cerceando a esfera da ominização ou da individuação, conforme se pode apreender das análises mitologizadas de um bandeirante, imortalizado como benfeitor, das poéticas de um sonho de urbanização ou mesmo da pragmática de uma escola cindida em modalidades e destituída do princípio da práxis ou do trabalho.

É essa contradição que se apreende da ideologia de cultura expressa na fórmula da goianidade fecundada pelas relações de produção do capitalismo de restauração e convertidas em paisagem urbanística, organizações culturais, matriz de ensino, sistema de ideias.

Tomando de empréstimo a análise de Williams (2009) pode se afirmar que a goianidade é a expressão de uma hegemonia. Isto porque diz respeito à mobilização de grupos ‘dispersos’ e ‘pulverizados’ em torno de uma combinação de ideologia e de um ideal de cultura que se projetam como vontade coletiva. É isso que anuncia a totalidade histórica representada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, pela Academia Goiana de Letras, pela escola vitoriosa no Estado e por todo um mobiliário material e imaterial que aos poucos foi se constituindo em paisagem goianiense. Portanto, corresponde ao modo como Goiás transformou em subjetividade os processos sociais compreendidos por Berman como turbilhão. “No século XX, os processos sociais que dão vida a esse turbilhão, mantendo-se num perpétuo estado de vir-a-ser, vêm a chamar-se ‘modernização’”. (BERMAN, 1986, p. 16).

O sujeito coletivo goiano corresponde expressa a experiência produzida pelas grandes descobertas das ciências físicas, pela industrialização da produção, pela descomunal explosão demográfica, pelo rápido e catastrófico crescimento urbano, pela

dinâmica de desenvolvimento dos sistemas de comunicação de massa, pela potencialização do poderio bem como dos níveis de burocratização dos estados nacionais, pelo fortalecimento dos movimentos sociais de massa e de nações, pela dinâmica de um mercado capitalista flutuante e em contínua expansão.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Jaqueline Veloso Portela de, *Ruralismo pedagógico e escolanovismo em Goiás na primeira metade do século XX: o Oitavo Congresso Brasileiro de Educação*. São Carlos: UFSCar, 2012. (Tese de Doutorado).

ARAÚJO, Ricardo Benzaqueu de. *Chuvas de verão. “Antagonismos em equilíbrio” em Casa Grande e Senzala de Gilberto Freire* In BOTELHO, André e Schwarcz (org). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BERMAN, Marchal. *Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras. 1986.

BORGES, Humberto Crispim. *Retrato da Academia Goiana de Letras*. Goiânia: Oriente, 1977.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*, São Paulo: Companhia das letras, 1992.

BRETAS, Genesco Ferreira. *História da instrução pública em Goiás*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991.

BUFFA, Ester e PINTO, Gelson de Almeida. *Arquitetura e Educação: Organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas - 1839-1971*. São Carlos: Brasília: Edufscar, INEP, 2002.

CANEZIN, Maria Teresa e LOUREIRO, Walderês Nunes. *A Escola Normal em Goiás*. Goiânia: Editora da UFG, 1994.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de, *Uma reflexão sobre a civilização brasileira* In VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

CHAUL, Nasr Fayad. *A identidade cultural do goiano*. Revista Ciência e cultura. (São Paulo) V. 63 n. 3 Jul 2011. Revista eletrônica da SBPC.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere Vol 1* – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. *Cadernos do Cárcere Vol 2* – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. *Cadernos do Cárcere Vol 3* – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

_____. *Escritos políticos. Vol. I* - Lisboa: Seara Nova, 1976.

HERMANO, Amália. *Estradas: caminhos abertos à civilização*. In *OESTE*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás – Reprodução fac-similar (fascículos de 01 a 23- 1942 a 1944), 1983.

HOBBSAWM, Eric, e RANGER, Terence, *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e terra, 2002.

LYNCE, Leo. *Ontem*. Goiânia: Oriente, 1972.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura brasileira: 1933 – 1974* São Paulo: Ática, 1978.

SILVA, Colemar Natal e. *Realizações e Projetos de Colemar Natal e Silva no campo da cultura em Goiás* In. SILVA, Moema de Castro e Silva (Org). Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992.

TEIXEIRA, Anísio. *Educação não é privilégio*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1957.

TELES, José Mendonça. *Crônicas de Goiânia*. Goiânia: Kelps, 1998.

TELES, Gilberto Mendonça. *A poesia em Goiás: Estudos Goianos – I*, Ed, 1983.

VIANNA, Luiz Werneck, *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo y literatura*. Barcelona: Ediciones Peninsula, 1997.